

PARECER
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº123/2025
MENSAGEM DE LEI Nº746/2025

De autoria do Poder Executivo Municipal, o projeto em epígrafe **"Autoriza a regularização de desmembramento de terrenos e edificações com área menor a 125M²."**

I - RELATÓRIO

O Poder Executivo Municipal propõe o Projeto de Lei que tem como escopo beneficiar a diversos proprietários de imóveis que por décadas estão sem ter a permissão de regularizar sua propriedade em virtude das metragens já consolidadas.

II – ANÁLISE

Nos termos regimentais, a presente proposição esteve em análise junto a **Comissão de Constituição e justiça** não recebendo substitutivo.

No qual verificou-se que a matéria encontra-se apta para inserir-se no ordenamento jurídico municipal.


III – VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o **Projeto de Lei Nº 123/2025**, reveste-se de boa forma constitucional legal, jurídico e de boa técnica legislativa e, no mérito, deve ser acolhido. Por isso, voto **pela sua aprovação**.


IV - RESULTADO DA VOTAÇÃO DA COMISSÃO

A **Comissão de Constituição e justiça**, em Reunião realizada no dia **01 de julho 2025**, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela **APROVAÇÃO** do **Projeto de Lei Nº 123/2025**.

Estiveram presentes os Senhores Vereadores,



Juliana Cibelly dos Santos
Vereador Presidente



Lucas Luiz de Cristo Teixeira
Vereador Relator



Dhionatas de Tassos Fagner
Vereador Membro

PARECER
COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 123/2025
MENSAGEM DE LEI Nº 746/2025

De autoria do Poder Executivo Municipal, o projeto em epígrafe “ ***Autoriza regularização de desdobramento de terrenos e edificações com área menor à 125 m², e da outras providências.***”

I - RELATÓRIO

O Poder Executivo Municipal propõe o Projeto de Lei que tem como escopo beneficiar a diversos proprietários de imóveis que por décadas estão sem ter a permissão de regularizar sua propriedade em virtude das metragens já consolidadas

II – ANÁLISE

Nos termos regimentais, a presente proposição esteve em análise junto a **Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização**, não recebendo substitutivo.

No qual verificou-se que a matéria encontra-se apta para inserir-se no ordenamento jurídico municipal.

III – VOTO DO RELATOR

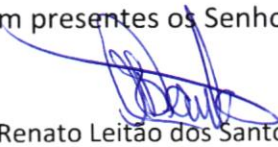
Em face do exposto, o **Projeto de Lei Nº 123/2025**, reveste-se de boa forma constitucional legal, jurídico e de boa técnica legislativa e, no mérito, deve ser acolhido. Por isso, voto **pela sua aprovação**.

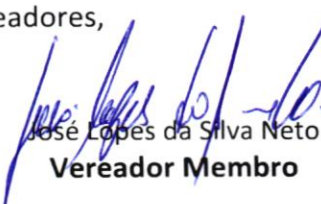
IV - RESULTADO DA VOTAÇÃO DA COMISSÃO

A **Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização** em Reunião realizada no dia **09 de julho de 2025**, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela **APROVAÇÃO** do **Projeto de Lei Nº 123/2025**.


Gilberto Aparício
Vereador Presidente

Estiveram presentes os Senhores Vereadores,


Renato Leitão dos Santos
Vereador Relator


José Lopes da Silva Neto
Vereador Membro